

TERRITÓRIO VALE DO CANINDÉ (PI): UMA ANÁLISE DE SUAS VULNERABILIDADES SOCIOESPACIAIS A PARTIR DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS¹

Paulo Henrique de Carvalho Bueno²
Celso Samuel da Silva Nascimento³

Resumo: A presente pesquisa objetiva analisar as condições socioeconômicas dos municípios do Território Vale do Canindé, no estado do Piauí, com vistas a revelar uma das faces de suas vulnerabilidades socioespaciais centradas, principalmente, no fator renda. Assinale-se que, dado o pouco dinamismo econômico dessas municipalidades, as maiores fontes de renda são os repasses federais, o que se reflete em condições de vulnerabilidades sociais graves, posto que percentuais significativos dessas populações vivem em condições de extrema pobreza. A pesquisa, metodologicamente, além de revisão bibliográfica, baseia-se em dados do IBGE e Ministério da Cidadania, no período de 2016 a 2020. Na temporalidade analisada, verificou-se que os índices de pessoas que vivem em condições extremas de pobreza diminuíram, mas todos os municípios da referida espacialidade possuem mais de 40% de seus residentes nessa situação financeira. Constatou-se também que, em todas as municipalidades analisadas, os assistidos pelo Programa Bolsa Família constituem parte considerável dessas populações.

Palavras-chaves: Condições socioeconômicas; Vulnerabilidades socioespaciais; Território Vale do Canindé (PI).

VALE DO CANINDÉ TERRITORY: AN ANALYSIS OF THE SOCIOESPACIAL VULNERABILITIES BASED ON ECONOMICAL CONDITIONS.

Abstract: The present research aims to analyze the socioeconomic conditions of the municipalities of the Vale do Canindé Territory, in the state of Piauí, in order to reveal one of the faces of their socio-spatial vulnerabilities, mainly centered on the income factor. Note that, given the little economic dynamism of such municipalities, the greatest income sources are the federal transfers, what reflects in conditions of severe social vulnerabilities, since significant percentages of these populations live in extreme poverty conditions. The research, methodologically, besides a literature review, is based on data from the IBGE and the Ministry of Citizenship, from 2016 to 2020. In the analyzed temporality, it was verified that the number of people that live in extreme poverty decreased, but all municipalities of the referred spatiality have more than 40% of their residents in such a financial situation. It was also found that,

¹ Essa pesquisa é fruto de projeto aprovado no edital 1/2021 voltado à Projetos voluntários de pesquisa científica e/ou inovação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI.

² Professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPI) Campus Oeiras (PI). Email: ph21bueno@hotmail.com

³ Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí (UFPI). Email: celso.samuel98@outlook.com

in all the analyzed municipalities, those assisted by the Bolsa Família Program constitute a considerable part of these populations.

Keywords: Socioeconomic conditions; Sociospatial vulnerabilities; Vale do Canindé Territory (PI).

INTRODUÇÃO

Regionalizar os espaços com vistas ao planejamento territorial é temática recorrente nos estudos geográficos. Nesse sentido, entende-se Região, como espaço segmentado, a partir de critérios preconcebidos e que encerra em si o fundamento político, de controle e gestão de um dado recorte espacial (GOMES, 1995), e território, espaço delimitado por e a partir das relações de poder (SOUSA, 2002). Desse modo, os conceitos podem ser entrelaçados discursiva e operacionalmente nas análises das realidades socioespaciais.

Por meio de investigações, as vulnerabilidades socioespaciais podem ser identificadas e entendidas como um processo interativo entre as condições do território e as características potenciais de seus habitantes. Nessa direção, as singularidades populacionais e suas interações com as dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais resultam nas graduações de vulnerabilidades dos lugares. Enfatize-se que o conjunto das estruturas de oportunidades e os ativos presentes no território concretizam a vulnerabilidade socioespacial (PENNA; FERREIRA, 2014). Nesse sentido, não se adentrará discursivamente pelo conceito de vulnerabilidade socioespacial, mas na compreensão de que os indicadores de renda e alguns dados sociais remetem a reflexões das fragilidades em que estão imersos determinados indivíduos ou grupos sociais em um dado espaço.

Assim, objetiva-se analisar as condições socioeconômicas dos dezessete municípios do Território Vale do Canindé, os quais possuem 126.244 dos 3.281.480 habitantes do Piauí (IBGE, 2020), com vistas a revelar uma das faces de suas vulnerabilidades socioespaciais centradas, principalmente, no fator renda. Apesar de reconhecer avanços nos indicadores sociais e econômicos entre 2002 a 2016, conforme indicam as investigações de Pochman e Guerra (2019), Moedas, Silva e Barros (2019), e Macedo e Porto (2018), verifica-se que, em razão do pouco dinamismo econômico dessas municipalidades, as maiores fontes de renda são os repasses federais, o que se reflete em condições de vulnerabilidades sociais graves, posto que percentuais significativos dessas populações vivem em condições de extrema pobreza.

Em termos metodológicos, utilizam-se principalmente dados secundários do IBGE e Ministério da Cidadania, entre os anos 2016 e 2020, para caracterizar as condições socioeconômicas dos municípios em discussão. Para tanto, os indicadores avaliados são: 1) Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* municipal; 2) Percentual das Atividades que compõem o PIB municipal; 3) Pessoas Inscritas no Cadastro Único (CadÚnico); 4) Pessoas em Situação de Extrema Pobreza; 5) Pessoas com Renda *Per Capita* até 1/2 Salário Mínimo; 6) Famílias Beneficiárias pelo Programa Bolsa Família (PBF); e 7) percentual de população ocupada.

Na verdade, dos indicadores escolhidos, os que mais sintetizam a situação de vulnerabilidades são: 1) o CadÚnico - instituído pelo decreto nº 6.135, de 26 de Junho de 2007, se constitui em instrumento de identificação, caracterização social e econômica das famílias de renda baixa, o que o torna base de dados para a seleção de beneficiários de programas sociais dos governos federal, estadual e municipal. 2)

O PBF - instituído pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, posteriormente convertida em Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, com o fito de unificar a gestão e execução das ações de transferência de renda de outros programas pré-existentes, caso Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Fome Zero. Nesse sentido, as demais variáveis elencadas (PIB *per capita*, percentual das atividades componentes do PIB municipal, pessoas em extrema pobreza, pessoas que vivem com até ½ salário mínimo e população ocupada das realidades municipais) fornecem subsídios indispensáveis para que se analise os índices de pobreza das populações do território em exame.

O escrito assim se delinea, para além de introdução e conclusões: 1) Regionalização Piauiense em Territórios de Desenvolvimento: uma breve contextualização - momento dedicado a discussão, mesmo que breve, da conceituação e operacionalização do conceito de Região e Território, e da regionalização do espaço piauiense. 2) Condições socioeconômicas do Território Vale do Canindé: uma das faces de suas vulnerabilidades socioespaciais - espaço dedicado a exposição e análise dos dados socioeconômicos dos municípios.

REGIONALIZAÇÃO PIAUIENSE EM TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Discutir região e regionalização é partir do pressuposto que se segmenta e classifica uma dada espacialidade conforme critérios predefinidos (SOUZA, 2013). Nessa direção, essa organização espacial pode vir a ser objeto de ações de planejamento, que sejam com atores privados ou públicos. Na verdade, no âmbito do poder público, as regionalizações territoriais são frequentes, uma vez que se buscam desenvolvimentos espaciais por meio da implementação de políticas públicas.

Saliente-se que examinar o conceito de desenvolvimento requer especificá-lo, daí concordar-se com Souza (2002), para quem trabalhar a concepção de desenvolvimento socioespacial é “[...] um infundável processo de busca do justo e do melhor em matéria de instituições e relações sociais” (SOUZA, 2002, p.186). Na verdade, buscar mais equidade equivale a anseio por mais justiça social, a qual deve ser pautada na noção de autonomia, o que remete a ser “[...] tratada como parâmetro subordinador, ao passo que justiça social e qualidade de vida são considerados parâmetros subordinados [...]” (SOUZA, 2002, p. 76).

Com base em Souza (2002), compreende-se que, para um desenvolvimento socioespacial, deve haver uma interlocução entre os agentes produtores do espaço, seus circunscritos, usuários e o poder público (Federal, Estadual ou Municipal), com o propósito de construir uma autonomia individual e coletiva, via planejamento. Destarte, alguns elementos são imprescindíveis no ato de planejar: pensamento orientado para o futuro, escolha entre alternativas, consideração de limites, restrições e potencialidades, reflexão acerca de prejuízos e benefícios, possibilidade de diferentes cursos de ação, os quais dependem de condições e circunstâncias variáveis, e a preocupação com a resolução de conflitos de interesses (SOUZA, 2002).

O raciocínio de buscas de desenvolvimentos socioespaciais conduz as discussões acerca de como as políticas públicas dinamizam os territórios. Na verdade, essas dinâmicas produzidas ocorrem em função de essas ações governamentais se destinarem a resolução de problemas políticos, os quais

envolvem mecanismos (in)formais e técnicos expressados em relações de poder inerente ao processo de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas (MELAZZO, 2010).

Por isso, a (re)produção espacial realiza-se nas (re)configurações dos processos e práticas espaciais (CORRÊA, 2007), de territórios, territorializações, desterritorializações e reterritorializações. Compreender o dinamismo encerrado nessa construção territorial requer que se investigue, conceitualmente, território. Nessa finalidade, Haesbaert (2015, 2014, 2011, 2010, 2007, 2006, 2003, 2002, 1995) tem se debruçado sobre a epistemologia conceitual de território e sua operacionalização para a apreensão das (re)produções espaciais. Suas análises focam as dimensões políticas e culturais incorporadas à dimensão econômica do território, o que torna compreensível a dimensão espacial das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço, conotações materiais e simbólicas do território. Em síntese, ao fundamentar-se na discussão lefebvriana de dominação e apropriação espacial, objetiva-se perscrutar o território por meio de uma visão integradora.

Contribuem, também, nessa discussão da operacionalidade conceitual de território as incursões de Saquet (2011, 2010, 2009, 2007, 2006). Seus escrutínios, ancorados na literatura italiana e suas interpenetrações com as teorizações brasileiras, objetivam clarificar que o território requer investigações em suas dimensões econômicas, políticas, culturais e naturais (E-P-C-N), em uma perspectiva relacional. O exame relacional do território clarividencia as relações de poder inerentes as tessituras sociais, as quais se concretizam na dialética de dominação e apropriação, e revelam essas (re)configurações territoriais como resultante das relações socioespaciais.

Como objetivo de inter-relacionar Território e Políticas Públicas, Bueno e Andrade (2019) analisaram a relevância da dimensão territorial nas análises do ciclo das Políticas Públicas (formulação, implementação e avaliação) a partir do argumento de que ações governamentais dinamizam as (re)produções espaciais e (re)configuram os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Suas conclusões indicam: 1) As (re)construções dos territórios, as quais são relacionais e processuais, significam que seus usos, gestões e relações de poder aí presentes regulam a tríade das políticas públicas. 2) Escrutinar a espacialidade das políticas públicas requer examinar as repercussões na díade forma/conteúdo, as quais podem ser lidas por meio do conceito de território, o qual possui dimensões econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais.

As (re)produções espaciais ensejam ações distintas e intercambiáveis entre seus agentes produtores, dentre eles o Estado (CORREA, 1989). Nessa direção, com vistas a regionalizar o espaço para fins de planejamento, gestão e implementação de políticas públicas, o Estado do Piauí possui três estratificações espaciais mais utilizadas: as macrorregiões, os Territórios de Desenvolvimento (mesorregiões) e os Aglomerados Municipais (microrregiões) (BRASIL, 2006). Na verdade, essas regionalizações feitas gestores estaduais tem permitido com que se focalize melhor as ações a serem executadas no território piauiense com vistas ao desenvolvimento socioeconômico, além de permitir obtenção de dados mais pormenorizados dos espaços e seus residentes.

A configuração regional de Territórios de Desenvolvimento foi instituída pela lei nº 87 de 22 de agosto de 2007, a qual utilizou como critérios as características ambientais, vocações produtivas, relações socioeconômicas e culturais entre as urbes, fragmentação político-administrativa e malha viária. O parágrafo segundo do

artigo 1º da referida lei, delinea conceitual e objetivamente o interesse dessa regionalização ao afirmar que:

§ 2º Os Territórios de Desenvolvimento Sustentável constituem as unidades de planejamento da ação governamental, visando à promoção do desenvolvimento sustentável do Estado, a redução de desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população piauiense, através da democratização dos programas e ações e da regionalização do orçamento (PIAUI, 2007).

Esse desenho espacial tem sido alvo de pesquisas com objetivos diversos. Desta forma, Nobre e Carvalho (2020) analisaram a injeção de recursos financeiros de 2010 a 2020, por parte do governo estadual nos Territórios de Desenvolvimento do Piauí, com vistas a compreender os papéis dos atores na busca de um planejamento e gestão com o intento de desenvolver tais espaços regionalizados. Suas incursões indicam algumas inconsistências frente ao planejado: 1) Verificou-se que não há uma coordenação efetiva para articular e mobilizar instrumentos orçamentários para a execução de ações que promovam o desenvolvimento, mesmo com a existência dos planos regionais nessa tônica. 2) Apesar dos avanços, não há constatação de que os agentes efetivamente tiveram acesso aos recursos e as ações desenvolvidas, logo, indica-se que existe muito ainda por fazer.

No território Vale do Canindé, entre 2010 e 2020, foram investidos R\$ 961.557, 27 (novecentos e sessenta e um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais, vinte e sete centavos), os quais provieram de três órgãos governamentais - Secretaria de Estado da Cultura, Fundação Cultural do Piauí - FUNDAC e Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR, mas com concentração desses recursos executados pela Prefeitura de Santa Rosa do Piauí para a realização da “Feira de Agrotecnologia e Inovação” entre 2015 a 2018, o que respondeu por 66% dos repasses (NOBRE, CARVALHO, 2020).

Moura e Ferreira (2020) discutem o processo de efetivação do Sistema de Planejamento Participativo Territorial (SPPT) no Piauí, com vistas a compreender o redesenho institucional da gestão territorializada no Estado. Suas conclusões, ancoradas nos dados contidos nos Planos Plurianuais (PPA), Lei de diretrizes orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos Balanços Gerais do Estado de 2007 a 2020, apontam para: 1) A necessidade de consolidar os instrumentos de participação nos Conselhos Territoriais - transparência dos cronogramas das assembleias, metodologias utilizadas nas contratações com os órgãos estaduais e capacitação dos envolvidos no processo. 2) A conveniência de transparência dos recursos destinados aos territórios, uma vez que entre 2008 e 2018 não se têm esses dados de forma consistente, seja da distribuição por território, seja o montante executado.

Alguns entraves encerrados nas regionalizações do Piauí, conforme indicações de Nobre e Carvalho (2020), Moura e Ferreira (2020), dificultam o processo avaliativo das políticas públicas formuladas e executadas nos espaços regionais piauienses. Com efeito, é premente a necessidade de maiores articulações entre os atores políticos (estado, instituições estatais e sociedade civil organizada) e transparência das ações.

De fato, as investigações de Nobre e Carvalho (2020), Moura e Ferreira (2020) revelam sentidos de que a regionalização do Piauí em Territórios de Desenvolvimento objetiva melhorar as condições de vida das populações aí presentes a partir da concretização do ciclo das políticas públicas. Nessa toada,

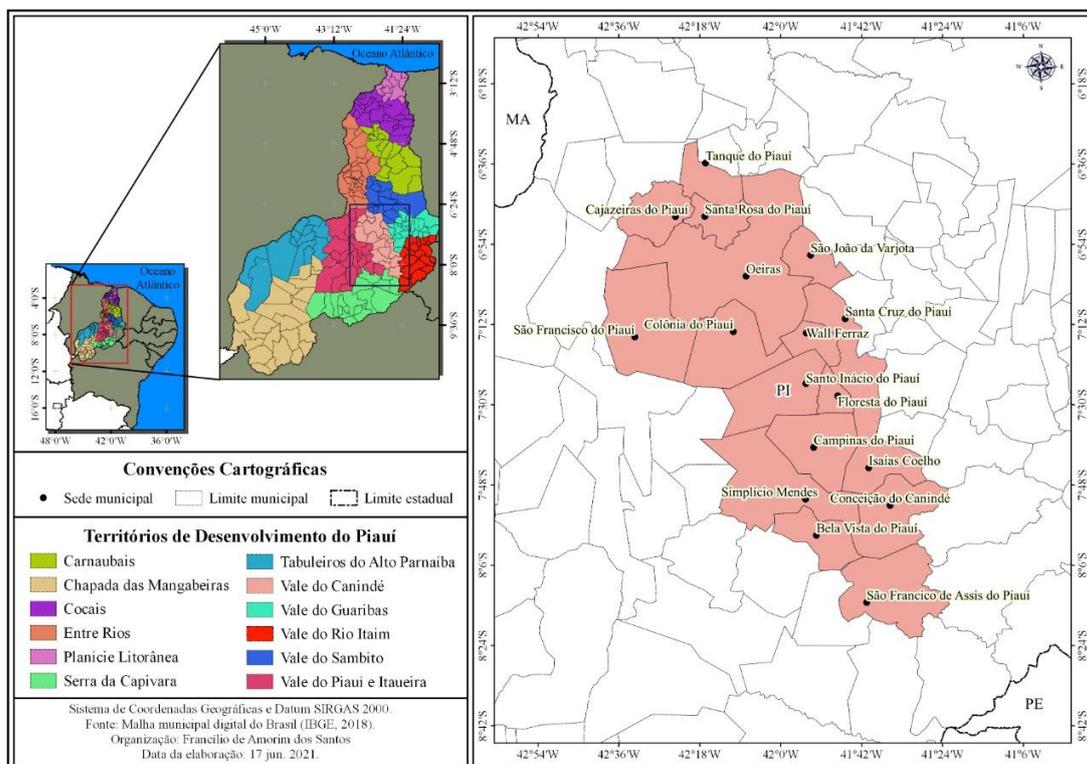
evidenciar os conteúdos, caso das condições socioeconômicas, do território, conduz a raciocínios de melhores planejamentos para serem executados, com vistas a minimizar as vulnerabilidades socioespaciais. Destarte, revelar as características sociais e econômicas do Território Vale do Canindé é o intuito do item seguinte.

CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO TERRITÓRIO VALE DO CANINDÉ: UMA DAS FACES DE SUAS VULNERABILIDADES SOCIOESPACIAIS

A configuração territorial piauiense quanto a melhores planejamentos governamentais passou por diversas modificações desde 1970, realizada a partir de regionalizações do espaço estadual (LIMA, 2017). Atualmente utiliza-se, com maior frequência nos momentos de planejamento estatal, a que divide o Estado em Territórios de Desenvolvimento, em um total de doze, posto que foi acrescentado mais um, por intermédio da Lei Estadual nº 6.967, de 03 de abril de 2017, com a criação do Território Vale do Rio Itaim.

O Território Vale do Canindé, alvo da discussão em tela, é composto por dezessete municípios: Bela Vista do Piauí, Cajazeiras do Piauí, Campinas do Piauí, Colônia do Piauí, Conceição do Canindé, Floresta do Piauí, Isaías Coelho, Oeiras, Santa Cruz do Piauí, Santa Rosa do Piauí, Santo Inácio do Piauí, São Francisco de Assis do Piauí, São Francisco do Piauí, São João da Varjota, Simplício Mendes, Tanque do Piauí e Wall Ferraz (Figura 1).

Figura 1. Territórios de Desenvolvimento do Piauí: Localização do Território Vale do Rio Canindé. 2021



Fonte: IBGE (2018)

Para além dos repasses federais, são as atividades da agropecuária de subsistência, conforme indicam as investigações de Pochman e Guerra (2019), Moedas, Silva e Barros (2019), e Macedo e Porto (2018), que sustentam o dinamismo econômico do Vale do Canindé. Nesse território, a cidade de Oeiras desponta como polo de atração frente às demais cidades, uma vez que esta possui quantidade mais expressiva de indutores de fluxos de pessoas, serviços, informações e capitais como: oferta de Ensino Superior público (Universidade Estadual do Piauí, Polo de Unidade de Ensino a Distância da Universidade Federal do Piauí e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí), hospital de médio porte, possuir quatro agências bancárias (Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Caixa econômica Federal e Bradesco), além de um comércio mais diversificado quando comparado às demais cidades circunscritas no território.

Além disso, é Oeiras que possui maior contingente populacional quando comparada as demais. De fato, só dois municípios desse território possuem população acima de dez mil habitantes (Oeiras e Simplício Mendes), o que torna as diferenças entre essas realidades urbanas bem significativas, com evidências em seu tamanho populacional. Oeiras possuía, em 2000, 33.890 habitantes; em 2010, 35.640 habitantes; e estimativa de 37.085 habitantes em 2020. O município com menor número de habitantes é Floresta do Piauí, o qual contava com 2.415 habitantes em 2000; 2.482 em 2010; e se projeta para 2.560 habitantes em 2020. Os números populacionais desse território indicam que em 2000 havia 110.465 habitantes; em 2010, contava com 121.097 habitantes; e em 2020, projetaram-se 126.244 habitantes, conforme a Tabela 1.

Tabela 1. População dos municípios do Território Vale do Rio Canindé - 2000 / 2010 / 2020⁴

Municípios	Total populacional		
	2000	2010	2020*
Bela Vista do Piauí	2.959	3.778	4.030
Cajazeiras do Piauí	2.659	3.343	3.573
Campinas do Piauí	5.131	5.408	5.620
Colônia do Piauí	7.253	7.433	7.661
Conceição do Canindé	4.916	4.475	4.807
Floresta do Piauí	2.415	2.482	2.560
Isaías Coelho	7.659	8.221	8.566
Oeiras	33.890	35.640	37.085
Santa Cruz do Piauí	5.777	6.027	6.247
Santa Rosa do Piauí	5.224	5.149	5.255
Santo Inácio do Piauí	3.442	3.648	3.803
São Francisco de Assis do Piauí	3.802	5.567	5.779
São Francisco do Piauí	6.351	6.298	6.420
São João da Varjota	4.362	4.651	4.848
Simplício Mendes	10.968	12.077	12.746
Tanque do Piauí	2.316	2.620	2.773
Wall Ferraz.	3.997	4.280	4.471

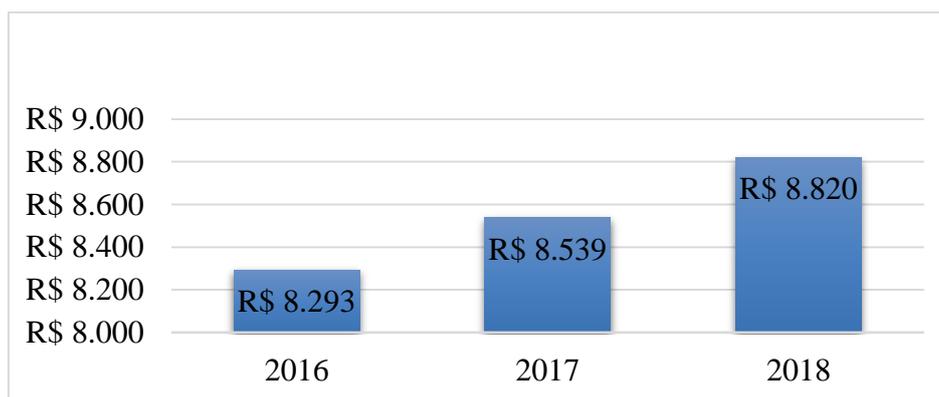
⁴ População estimada pelo IBGE.

Total	110.465	121.097	126.244
--------------	----------------	----------------	----------------

Fonte: IBGE (2000; 2010; 2020).

A figura 2 evidencia os níveis de renda *per capita* anual do Vale do Canindé, de 2016 a 2018, o que revela uma média de seus municípios constituintes. Verifica-se que o PIB *per capita* elevou-se ao longo dos anos analisados, uma vez que saiu de R\$ 8.293,00 em 2016 para R\$ 8.539,00 em 2017 e R\$ 8.820,00 em 2018.

Figura 2. PIB Per Capita do Território Vale do Canindé. 2016 a 2018⁵.

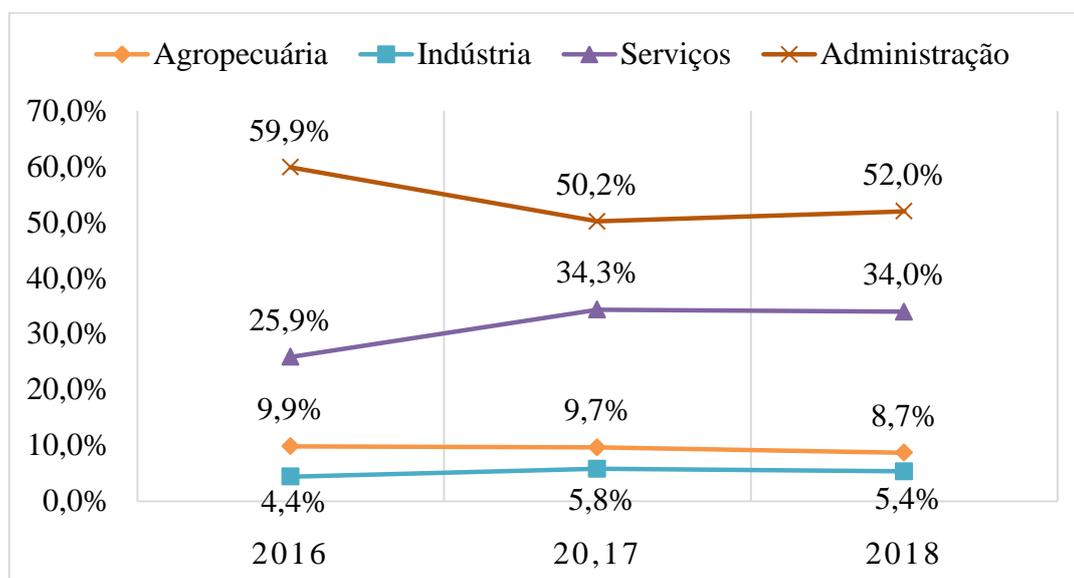


Fonte: Brasil (2021)

Ao analisar os percentuais das atividades que compõem o PIB dos municípios do Território Vale do Canindé, conforme figura 3, verifica-se que são os repasses governamentais os que mais incrementam essas economias, uma vez que, em 2018, essa atividade respondia por 52,0% do PIB, seguida dos serviços, com 34,0%; agropecuária com 8,7% e indústria com 5,4%. Tais informações indicam: 1) São os poderes públicos presentes nessas municipalidades a serem os maiores empregadores formais dessas realidades socioespaciais. 2) As atividades agropecuárias destinam-se principalmente à subsistência, dado pouco contribuir com o PIB municipal. 3) A industrialização do território segue a toada do Estado do Piauí, um dos menos industrializados do País.

⁵ utilizou-se procedimentos deflacionários para os dados brutos do IBGE (2021), a partir do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), para transformar preços nominais em preços reais, o que permite as comparações ano a ano.

Figura 3. Percentuais das atividades que compõem o PIB do Território Vale do Rio Canindé - 2016 a 2018



Fonte: Brasil (2021)

Na verdade, as atividades industriais e agropecuárias tem participação tímida quando se compara ao peso das de serviços de administração na fonte de receitas na composição do PIB dos municípios do Vale do Canindé. Conforme a Tabela 2, as quatro municipalidades mais dependentes do setor administrativo tiveram incrementos entre 2016 e 2018, em que São João da Varjota é o mais representativo no último ano da série, com 72%; seguido de Cajazeiras, 68,5%; Floresta do Piauí, 66,4% e São Francisco de Assis do Piauí, 65,9%. Acrescente-se que, segundo IBGE (2021), somente três municípios dos dezessete do território em exame possuíam menos de 50% de seu PIB, compostos pelas atividades administrativas em 2018: Oeiras, com 38,3%; Simplício Mendes, com 45,6%; e Conceição do Canindé, com 48,3%.

Tabela 2. Os 4 municípios do Território Vale do Canindé com maior participação das atividades da administração na composição do PIB - 2016 a 2018

Municípios	Atividades	2016 %	2017 %	2018 %
Cajazeiras do Piauí	Agropecuária	12,4%	13,9%	10,7%
	Indústria	2,9%	3,0%	3,0%
	Serviços	17,7%	17,5%	17,8%
	Administração	67,1%	65,7%	68,5%
Floresta do Piauí	Agropecuária	8,2%	9,2%	9,4%
	Indústria	3,3%	3,3%	2,9%
	Serviços	23,0%	21,5%	21,2%
	Administração	65,5%	66,0%	66,4%
São Francisco de Assis do Piauí	Agropecuária	7,3%	9,1%	8,1%
	Indústria	4,1%	3,8%	3,7%
	Serviços	24,7%	22,8%	22,3%
	Administração	63,9%	64,3%	65,9%

São João da Varjota	Agropecuária	7,7%	12,1%	7,6%
	Indústria	3,5%	3,7%	3,5%
	Serviços	19,7%	17,9%	17,0%
	Administração	69,1%	66,3%	72,0%

Fonte: Brasil (2021)

Os baixos percentuais das atividades agropecuárias, industriais e de serviços na composição do PIB dos municípios analisados refletem a baixa empregabilidade existente nessas realidades, o que torna esses residentes aptos a serem assistidos por programas assistenciais das esferas governamentais. Nessa direção, verificou-se que em 2016, dos 123.813 habitantes do Território Vale do Canindé, havia 94.838 inscritos no cadastro único do governo federal (Cadúnico); dos 123.992 habitantes em 2017, 91.060 estavam inscritos; em 2018, dos 125.809 habitantes, 88.846 estavam cadastrados; em 2019, dos 126.033 habitantes, 88.519 estavam cadastrados e em 2020, dos 126.244 habitantes, 88.849 estavam inscritos no Cadúnico. Uma diminuição significativa entre o ano inicial e final da série destacada (BRASIL, 2021). Essa redução, conforme Lima (2021), é fruto de mudanças cadastrais no referido programa, uma vez que suas ações até 2013 voltaram-se à inclusão das famílias na base de dados, a partir de então passou a dividir espaços com preocupações como controle de focalização e análise de consistência de dados.

Com relação ao exame dos quatro municípios do Vale do Canindé, com os maiores percentuais de pessoas inscritas no Cadúnico do governo Federal, conforme Tabela 3, verifica-se que houve diminuição entre 2016 a 2020 em todas as municipalidades, com maior destaque em Conceição do Canindé, posto que, em 2016 registrava-se 92,2% de sua população inscrita; 85,7% em 2017; 83,1% em 2018; 80,7% em 2019 e 79,6% em 2020, diminuição de 12,6% em relação ao ano inicial analisado. Entretanto, com base nos dados, são flagrantes as vulnerabilidades socioespaciais dos residentes nesses espaços, uma vez que mais de 79% das pessoas estão aptas a serem assistidas pelos programas de assistência social do governo federal.

Tabela 3. Os 4 municípios do Território Vale do Canindé com maiores percentuais de pessoas inscritas no Cadúnico. 2020.

Municípios		2016	2017	2018	2019	2020
Santo Inácio do Piauí	População do município	3.726	3.731	3.785	3.798	3.803
	Pessoas inscritas no Cadúnico	3.253	3.208	3.299	3.288	3.261
	% de inscritos no Cadúnico	87,3%	86,0%	87,2%	86,6%	85,7%
São Francisco de Assis do Piauí	População do município	5.810	5.657	5.731	5.755	5.779
	Pessoas inscritas no Cadúnico	5.056	4.881	4.786	4.866	4.903
	% de inscritos no Cadúnico	87,0%	86,3%	83,5%	84,6%	84,8%
Bela Vista do Piauí	População do município	3.934	3.947	3.999	4.015	4.030
	Pessoas inscritas no Cadúnico	3.386	3.287	3.248	3.247	3.310

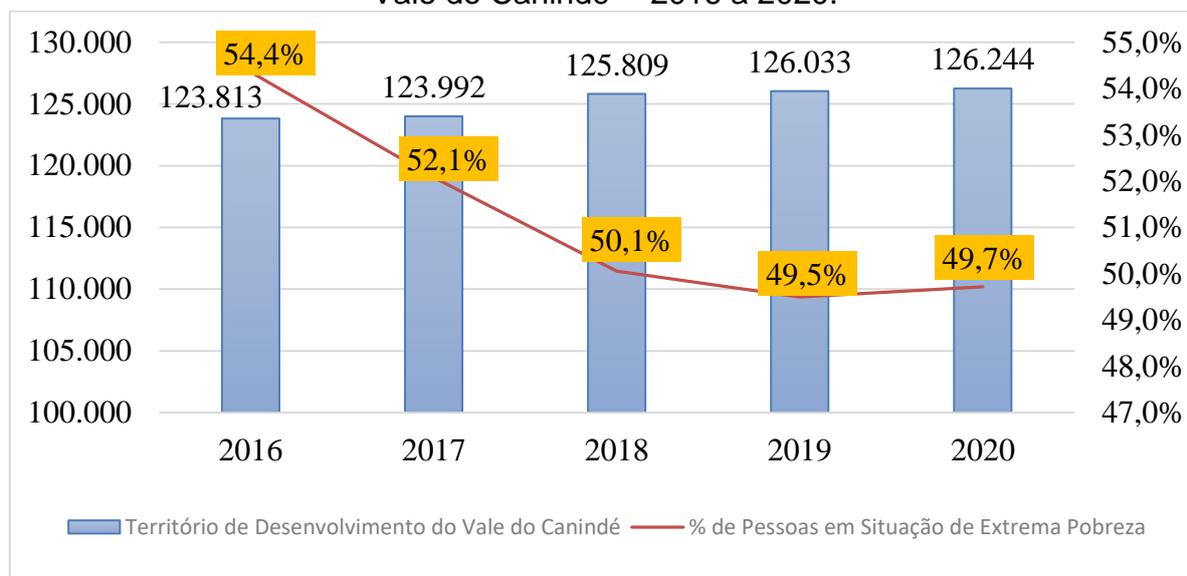
Cadúnico							
	% de inscritos no Cadúnico		86,1%	83,3%	81,2%	80,9%	82,1%
	Pop. Do município		4.540	4.726	4.798	4.803	4.807
Conceição do Canindé	Pessoas inscritas no Cadúnico		4.184	4.049	3.985	3.877	3.827
	% de inscritos no Cadúnico		92,2%	85,7%	83,1%	80,7%	79,6%

Fonte: Brasil (2021)

Em relação às reduções dos percentuais dos municípios do Vale do Canindé com menos pessoas cadastradas na base de dados do governo federal entre 2016 e 2020, destaca-se Wall Ferraz, por ter saído de 79,9% de seus residentes cadastrados em 2016 para 63,2% em 2020, queda de 16,7%. A municipalidade que obteve menor diminuição foi Oeiras, uma vez que saiu de uma taxa de 66,4% em 2016 para 65,0% em 2020. Contudo, embora com as diminuições percentuais ano a ano, registra-se que mesmo os municípios com melhores indicadores possuem de 63,2% a 65,0% de seus munícipes aptos a serem assistidos por programas assistenciais do governo federal, uma das revelações das vulnerabilidades socioespaciais aí encerradas (BRASIL, 2021).

Essas populações cadastradas na base de dados do governo federal integram o contingente de pessoas que ampliam a fileira de sujeitos que vivem em situação de extrema pobreza. Conforme a figura 3, houve diminuição gradativa dos índices de pessoas vivendo nessas condições no Território Vale do Canindé entre 2016 a 2020. Entretanto, os percentuais continuam elevados, uma vez que foram registrados 54,4% da população nessas condições em 2016; 52,1% em 2017; 50,1% em 2018; 49,5% em 2019 e 49,7% em 2020.

Figura 3. Percentual (%) de Pessoas em Situação de Extrema Pobreza no Território Vale do Canindé⁶ - 2016 a 2020.



Fonte: Brasil (2021)

⁶ As porcentagens apresentadas foram obtidas por meio da razão entre o número médio total anual de pessoas em situação de extrema pobreza (com mensal *per capita* de até R\$89,00), inscritas no Cadastro Único e a população estimada do respectivo ano de referência.

Na verdade, os percentuais de pessoas vivendo na extrema pobreza, de acordo com a Tabela 4, reduziram-se ao longo da temporalidade e nos municípios em exame. As maiores reduções se deram em Isaías Coelho, uma vez que, em 2016, havia 65,2% de sua população nessas condições, e em 2020 diminuiu para 57,7%. Já em São Francisco do Piauí foram tímidas as dinâmicas, dado que, em 2016, havia 67,3% dos residentes em situação de extrema pobreza; e, em 2020, caiu para apenas 65,9%, redução de menos de 2%. As vulnerabilidades socioespaciais as quais estão submetidos os moradores das municipalidades em relevo são reveladas nesses dados, principalmente ao constatar-se que mais de 57% dos que aí residem vivem em condições extremadas de pobreza, fato que lhes reduz acesso a uma qualidade de vida satisfatória para o desenvolvimento da pessoa humana em sua completude. Enfim, essas condições socioeconômicas conduzem a reprodução do círculo vicioso da pobreza, conforme discussão de Myrdal (1997), uma vez que a miséria condiciona mais problemas de saúde aos sujeitos, o que implica em menor produtividade e agrava os quadros de pobreza.

Tabela 4. Os 4 municípios do Território Vale do Canindé com maiores percentuais de pessoas vivendo em extrema pobreza⁷ - 2016 a 2020

Municípios		2016	2017	2018	2019	2020
São Francisco do Piauí	Pop. do município	5.810	5.657	5.731	5.755	5.779
	Nº de Pessoas em Situação de Extrema Pobreza	3.913	3.878	3.836	3.792	3.809
	% de Pessoas em Situação de Extrema Pobreza	67,3%	68,6%	66,9%	65,9%	65,9%
Conceição do Canindé	Pop. do município	4.540	4.726	4.798	4.803	4.807
	Nº de Pessoas em Situação de Extrema Pobreza	2.986	2.868	2.894	2.919	2.897
	% de Pessoas em Situação de Extrema Pobreza	65,8%	60,7%	60,3%	60,8%	60,3%
Floresta do Piauí	Pop. do município	2.517	2.518	2.556	2.558	2.560
	Nº de Pessoas em Situação de Extrema Pobreza	1.490	1.450	1.400	1.438	1.476
	% de Pessoas em Situação de Extrema Pobreza	59,2%	57,6%	54,8%	56,2%	57,7%
Isaías Coelho	Pop. do município	8.424	8.428	8.551	8.549	8.566
	Nº de Pessoas em Situação de Extrema Pobreza	5.490	5.308	5.228	5.055	4.946
	% de Pessoas em Situação de Extrema Pobreza	65,2%	63,0%	61,1%	59,1%	57,7%

Fonte: Brasil (2021)

Dos dezessete municípios do Território Vale do Canindé, quatro deles possuem os menores percentuais de pessoas vivendo em condições de extrema

⁷ As porcentagens apresentadas foram obtidas por meio da razão entre o número médio total anual de pessoas em situação de extrema pobreza (com mensal *per capita* de até R\$89,00), inscritas no Cadastro Único e a população estimada do respectivo ano de referência.

pobreza, quais sejam: Cajazeiras do Piauí, São João da Varjota, Oeiras e Tanque do Piauí. Na verdade, todos os municípios diminuíram seus índices, mas dois se destacaram na redução desses perfis de renda: Tanque do Piauí, detinha 50,6% da população nessas situações em 2016 e diminuiu para 46,3% em 2020, e Cajazeiras do Piauí que saiu de um total de 48,8% em 2016 para 36,9% em 2020 de pessoas em extrema pobreza. Contudo, os dados revelam a dramaticidade das vulnerabilidades sociais, especialmente em urbes com maiores contingentes populacionais, caso de Oeiras. Verifica-se que, em Oeiras, mesmo com a diminuição dos percentuais de pessoas que vivem em extrema pobreza, em 2020 os números ainda são expressivos, uma vez que 44,1% da população ou 16.365 dos 37.085 habitantes dessa municipalidade possuíam renda que os inserem nessa classificação, o que concretiza situar-se na extrema pobreza (BRASIL, 2021).

Os dados referentes às populações que vivem em extrema pobreza nos municípios do Território Vale do Canindé são reforçados ao verificar-se os percentuais de pessoas que sobrevivem com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Conforme tabela 5, houve reduções dos índices entre 2016 e 2020, com destaque maior para Conceição do Canindé, que detinha 84,5% de sua população com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo em 2016, e, em 2020, caiu para 71,8%, redução de 12,7%. Entretanto, essas diminuições são pouco significativas ao flagrar-se o total de pessoas vivendo com essas condições financeiras, uma vez que os quatro municípios com os piores índices possuem mais de 67% de seus residentes com rendas ínfimas.

Tabela 5. Os 4 municípios do Território Vale do Canindé com maiores percentuais de pessoas vivendo com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo⁸ - 2016 a 2020.

Municípios		2016	2017	2018	2019	2020
São Francisco do Piauí	Pop. do Município	5.810	5.657	5.731	5.755	5.779
	Nº de Pessoas com até $\frac{1}{2}$ Salário Mínimo	4.724	4.625	4.594	4.524	4.502
	% de Pessoas com até $\frac{1}{2}$ Salário Mínimo	81.3%	81.7%	80.1%	78.6%	77.9%
Conceição do Canindé	Pop. do Município	4.540	4.726	4.798	4.803	4.807
	Nº de Pessoas com até $\frac{1}{2}$ Salário Mínimo	3.838	3.713	3.605	3.485	3.454
	% de Pessoas com até $\frac{1}{2}$ Salário Mínimo	84.5%	75.5%	75.1%	72.5%	71.8%
Bela Vista do Piauí	Pop. do município	3.934	3.947	3.999	4.015	4.030
	Nº de Pessoas com até $\frac{1}{2}$ Salário Mínimo	2.968	2.863	2.819	2.822	2.879
	% de Pessoas com até $\frac{1}{2}$ Salário Mínimo	75.5%	72.5%	70.4%	70.2%	71.4%
Campinas do Piauí	Pop. do município	5.515	5.522	5.603	5.613	5.620
	Nº de Pessoas com até $\frac{1}{2}$ Salário Mínimo	4.162	3.979	3.803	3.763	3.803
	% de Pessoas com até $\frac{1}{2}$ Salário Mínimo	75.4%	72.0%	67.8%	67.0%	67.6%

⁸ As porcentagens apresentadas foram obtidas por meio da razão entre o número médio anual de pessoas com renda *per capita* de zero (0,00) até meio salário mínimo, inscritas no Cadastro Único e a população estimada do respectivo ano de referência.

Na verdade, todas as municipalidades do território em exame tiveram diminuições em seus percentuais de pessoas que vivem com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Dos dezessete municípios, os melhores colocados em 2020 são Oeiras, 58% de sua população nessas condições; Cajazeiras e São João da Varjota, 58,8% cada, e Simplício Mendes e Wall Ferraz, com 59,4% cada. Esses números são reveladores das vulnerabilidades a que essas populações estão sujeitas, uma vez que as duas cidades do território com maiores contingentes populacionais, Oeiras e Simplício Mendes, possuem a partir de 58% das pessoas vivendo com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (BRASIL, 2021).

As vulnerabilidades socioespaciais dessas famílias, vividas, sobretudo, por conta dos poucos recursos financeiros, são atenuadas pelos programas sociais do governo federal. Nessa direção, de acordo com o Quadro 1, somente seis dos dezessete municípios tiveram diminuições de famílias assistidas pelo Programa Bolsa Família (PBF) entre o ano inicial e final da série (2016 e 2020): Cajazeiras do Piauí, tinha 540 famílias contempladas em 2016 e caiu para 450 em 2020; São Francisco de Assis do Piauí, 1.257 famílias em 2016 e 1.256 em 2020; São Francisco do Piauí, 1.135 famílias em 2016 e 1.128 em 2020; São João da Varjota, 696 famílias em 2016 e 607 em 2020; Tanque do Piauí, 467 famílias em 2016 e 463 em 2020; e Wall Ferraz, 816 famílias em 2016 e 759 em 2020.

Quadro 1. Quantidade de Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) no Território Vale do Canindé⁹ - 2016 a 2020.

Municípios	Anos*				
	2016	2017	2018	2019	2020
Bela Vista	590	610	627	632	676
Cajazeiras do Piauí	540	514	470	430	450
Campinas do Piauí	1.091	1.085	1.090	1.121	1.204
Colônia do Piauí	1.291	1.439	1.497	1.429	1.413
Conceição do Canindé	919	1.031	1.078	1.052	1.020
Floresta do Piauí	456	482	521	518	507
Isaías Coelho	1.719	1.831	1.853	1.757	1.817
Oeiras	5.302	5.313	5.575	5.435	5.907
Santa Cruz do Piauí	1.026	1.102	1.014	987	1.037
Santa Rosa do Piauí	927	933	912	888	932
Santo Inácio do Piauí	703	712	691	673	715
São Francisco de Assis do Piauí	1.257	1.324	1.346	1.279	1.256
São Francisco do Piauí	1.135	1.108	1.112	1.074	1.128
São João da Varjota	696	662	645	585	607
Simplício Mendes	1.916	2.136	2.236	2.162	2.104
Tanque do Piauí	467	473	470	451	463

⁹ Os dados são referentes aos quantitativos totais registrados no mês dezembro de cada ano.

Wall Ferraz	816	784	746	725	759
-------------	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: Brasil (2021)

Os dados de famílias beneficiadas pelo PBF não disponibilizaram o total de pessoas assistidas pelo referido programa. Entretanto, ao refletir sobre tais números e comparar a população municipal, têm-se pensares das vulnerabilidades socioespaciais desses habitantes. Nesse raciocínio, os dois municípios mais populosos do território têm os seguintes números: Oeiras, em 2020, possuía 5.907 famílias assistidas de uma população municipal de 37.085 habitantes; Simplício Mendes possuía 2.104 famílias assistidas de uma população de 12.746 habitantes em 2020 (BRASIL, 2021).

Os municípios do Vale do Canindé revelam-se com pobreza extrema de suas populações, as quais são oriundas do pouco dinamismo econômico dessas realidades. Nessa senda, revela-se na Tabela 6, que o município com maior percentual de pessoas ocupadas formalmente, em 2019, é Simplício Mendes, com 10,5% da população, seguida, no mesmo ano, de Oeiras, com 9,6%; Tanque do Piauí, com 9,1% e floresta do Piauí, com 8,4%. Os dados de empregos formais, quando correlacionados com as atividades que mais respondem pelo PIB municipal, propiciam o raciocínio de que são os poderes públicos, em suas distintas esferas, os maiores empregadores dos residentes nessas realidades municipais.

Tabela 5. Os 4 municípios do Território Vale do Canindé com mais Pessoas ocupadas formalmente no mercado de trabalho - 2016 a 2019.

Municípios		2016	2017	2018	2019
Floresta do Piauí	População do Município	2.517	2.518	2.556	2.558
	Número de Pessoas ocupadas	193	253	193	214
	% de Pessoas ocupadas	7,7%	10,0%	7,6%	8,4%
Oeiras	População do Município	36.385	36.432	36.971	37.029
	Número de Pessoas ocupadas	3.847	3.670	3.605	3.552
	% de Pessoas ocupadas	10,6%	10,1%	9,8%	9,6%
Simplício Mendes	População do Município	12.458	12.488	12.663	12.711
	Número de Pessoas ocupadas	907	889	1.060	1.338
	% de Pessoas ocupadas	7,3%	7,1%	8,4%	10,5%
Tanque do Piauí	População do Município	2.712	2.719	2.756	2.765
	Número de Pessoas ocupadas	358	306	300	251
	% de Pessoas ocupadas	13,2%	11,3%	10,9%	9,1%

Fonte: IBGE (2020)

Os dados examinados acerca das condições socioeconômicas dos municípios que compõem o Território Vale do Canindé, principalmente os relacionados às fontes de renda dos munícipes, evidenciam as vulnerabilidades socioespaciais a que estão submetidas essas pessoas. Entretanto, mesmo em condições tão adversas,

de acordo com o Quadro 2, verificou-se melhoras, em todo o território, do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHm), em que os mais representativos, em 2010, são os de Oeiras, Simplício Mendes, Santo Inácio do Piauí e Santa Cruz do Piauí. Na verdade, a realidade piauiense segue a toada verificada no país, qual seja, em razão da melhoria nas condições de renda, universalização da educação básica, saneamento básico, acesso aos serviços médicos e hospitalares, dentre outros, elevaram-se as expectativas de vida dos brasileiros entre 2000 e 2010, conjunto de elementos que trouxeram os índices de IDHm para patamares mais próximos de condições ideais de vida (BRASIL, 2020; CEPRO, 2016).

Quadro 2. IDH dos municípios do Território Vale do Canindé - 2000/2010.

Municípios do Território Vale do Canindé	IDHM2000	IDHM 2010
Bela Vista do Piauí	0,301	0,576
Cajazeiras do Piauí	0,333	0,562
Campinas do Piauí	0,371	0,544
Colônia do Piauí	0,335	0,588
Conceição do Canindé	0,390	0,589
Floresta do Piauí	0,295	0,538
Isaías Coelho	0,360	0,582
Oeiras	0,445	0,634
Santa Cruz do Piauí	0,445	0,601
Santa Rosa do Piauí	0,352	0,567
Santo Inácio do Piauí	0,427	0,613
São Francisco de Assis do Piauí	0,241	0,485
São Francisco do Piauí	0,348	0,570
São João da Varjota	0,368	0,559
Simplício Mendes	0,473	0,627
Tanque do Piauí	0,376	0,579
Wall Ferraz	0,282	0,544

Fonte: Brasil (2020)

Os dados discutidos, ainda que com maior ênfase na dimensão renda, clarificam as vulnerabilidades socioespaciais (PENNA; FERREIRA, 2014), submetidas à população dos municípios do Território Vale do Canindé. Nesse sentido, guardando as devidas proporções de outras pesquisas sobre vulnerabilidades socioespaciais, registram-se caracterizações análogas que se concretizam nos espaços analíticos, tais como: fragilidade ou ausência de políticas públicas e privadas com o desígnio de oportunizar aos residentes acesso a informação, formação profissional, implementação de mecanismos de geração de renda e trabalho, educação, saúde, exercício da cidadania e de direitos como um todo (PENNA; FERREIRA, 2014).

Os resultados dessas ausências de ações de desenvolvimento frente à população são históricos no território piauiense. Em tempos recentes, o governo estadual tem buscado (MOURA; FERREIRA, 2020) mecanismos que promovam, a partir da categoria Território, formulação, implementação e avaliação de políticas

públicas com vistas ao desenvolvimento social e econômico desses espaços. Tais ações se fazem necessárias, pois sua não aplicação fomentará o aprofundamento das desigualdades e vulnerabilidades socioespaciais, o que influirá nas condições de renda, saúde, educação, enfim, nas fragilidades das condições de vida dos municípios.

Na verdade, as análises acerca do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* municipal, Percentual das Atividades que compõem o PIB municipal, Pessoas Inscritas no Cadastro Único, Pessoas em Situação de Extrema Pobreza, Pessoas com Renda *Per Capita* até 1/2 Salário Mínimo, Famílias Beneficiárias pelo Programa Bolsa Família (PBF) e percentual de população ocupada, evidenciaram avanços que tem ocorrido desde os anos 2003 a 2016, conforme, guardada as devidas proporções, indica Pochman e Guerra (2019). No Território Vale do Canindé, constituídos de municípios com menos de cinquenta mil habitantes, mas com apenas dois com mais de dez mil habitantes, verificou-se que as vulnerabilidades socioespaciais foram reduzidas a partir de políticas públicas que dinamizaram as economias locais, dentre as quais: 1) Os programas de transferência de renda, os quais beneficiaram principalmente os espaços mais pobres, caso do Território em análise. 2) Aumento do emprego, renda e crédito ao consumidor, o que propiciou a ampliação do mercado de consumo nas áreas mais pobres. 3) Política de interiorização das instituições de ensino superior e médio da rede federal (MACEDO, PORTO, 2018; MACEDO, PIRES, SAMPAIO, 2017). Entretanto, muito ainda há por se fazer para que se desenvolva social e economicamente tais espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A regionalização do Piauí em Territórios de Desenvolvimento, regulamentada em 2007, objetiva segmentar espaços para melhores planejamentos estatais. Nessa direção, o Território de Desenvolvimento Vale do Canindé é composto por dezessete municípios, em que somente dois deles têm populações, estimadas em 2020, acima de 10.000 habitantes, Oeiras e Simplício Mendes, o que concretiza nessas duas realidades municipais as centralidades urbanas no território, com destaque maior para Oeiras.

O estudo revelou que, com exceção de Oeiras, Simplício Mendes e Conceição do Canindé, os demais entes federativos têm na administração pública os maiores percentuais na composição de seu PIB, uma das faces do pouco dinamismo econômico nas atividades agropecuárias, de serviços e indústrias. Na verdade, suas economias frágeis refletem as condições socioeconômicas vulneráveis, verificadas a partir de pessoas cadastradas na base de dados do governo federal, nos assistidos pelo Programa Bolsa Família, nos percentuais de pessoas vivendo em condições de extrema pobreza, nos que vivem com até meio salário mínimo, e no pessoal ocupado, que os condicionam a sobreviverem em situações de vulnerabilidades socioespaciais graves.

Por fim, se fazem urgentes ações públicas com vistas à melhoria dos níveis de vida das populações examinadas: formulação e implementação de atividades que promovam a geração de emprego e renda, construção de medidas que fomentem maiores acesso da população à informação, educação, saúde e formação profissional.

De fato, além das contribuições da pesquisa em tela, sugere-se que podem ser realizadas investigações com outras variáveis, para que se amplie o conhecimento das condições socioeconômicas dos residentes nos territórios piauienses, seja no aqui examinado ou nos demais, que possam subsidiar a

formulação, implementação, execução e avaliação de políticas públicas que promovam a distribuição de renda, inclusão social e o exercício da dignidade humana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Análise de dados abertos**. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/analise_dados_abertos/. Acesso em: 30 mar. 2021.

_____. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD, Ipea, FJP; 2020. Disponível em: www.atlasbrasil.org.br. Acesso em: 01 jul. 2021.

_____. **Decreto nº 6.135, de 26 de Junho de 2007**. Dispõe sobre o Cadastro Único para programas sociais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm. Acesso em: 01 jul. 2021.

_____. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF. **Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba, PLANAP: síntese executiva: Território Vale do Rio Canindé**, CODEVASF, Brasília, DF: TDA Desenho e Arte Ltda., 2006.

_____. **Lei nº 10.836, de 9 de Janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm. Acesso em: 01 jul. 2021.

BUENO, P. H. de C., ANDRADE, C. S. P. de. Território e Políticas Públicas em uma abordagem geográfica. **Caminhos da geografia**, v.20, n. 71, 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/45896>. Acesso em: 7 jul. 2021.

CORRÊA, R. L. Diferenciação socioespacial, escala e práticas espaciais. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, SP, v. 4, n. 6, p. 61-72, 2007. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/570/601>. Acesso em: 1 set. 2018.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ - CEPRO. **IDHM dos municípios do Piauí por Território de Desenvolvimento**. Fundação CEPRO, Teresina, 2016. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201702/CEPRO20_5e483dee73.pdf. Acesso em: 11 jul. 2021.

GOMES, P. C. da C. O conceito de Região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.49-76.

HAESBAERT, R. Sobre as i-mobilidades do nosso tempo (e de nossa cidade). **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, número especial, p. 83-92, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mercator/v14nspe/1984-2201-mercator-14-04-spe-0083.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2018.

_____. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. **Regional – Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia** (UFF), v. 17, p. 19-45, 2007. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/viewFile/213/205>. Acesso em: 1 ago. 2018.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et. al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p.17-38.

_____. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 11-24, 2003. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249>. Acesso em: 1 ago. 2018.

_____. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 165-205.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2021. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=resultados>. Acesso em: 30 mar. 2021.

_____. **Cadastro Nacional das Empresas 2020**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html?edicao=30989&t=sobre>. Acesso em: 30 mar. 2021.

_____. **Estimativa da população 2020**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 1 jul. 2021.

_____. **Malha municipal digital do Brasil: situação em 2018.** Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/malhas_digitais/. Acesso em: 18 abr. 2020

_____. **Censo demográfico 2010.** Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 30 de mar. 2021.

_____. **Censo demográfico 2000.** Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 30 mar. 2021.

LIMA, J. G.. Território atrasado com estratégias de desenvolvimento regional recentes: evolução do planejamento territorial no Estado do Piauí. **Anais VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional.** Santa Cruz do Sul (RS), set. 2017. p. 1-22. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/16233/4451>. Acesso em: 1 jul. 2021.

MACEDO, F.; PIRES, M.; SAMPAIO, D. 25 anos de fundos constitucionais de financiamento no Brasil: avanços e desafios à luz da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. **EURE**, Santiago, v. 43, n. 129, p. 257-277, maio 2017. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0250-71612017000200012&script=sci_arttext. Acesso em: 14 Jul. 2021.

MACEDO, F. C. de. PORTO, L. R. Proposta de atualização das tipologias da PNDR: nota metodológica e mapas de referência. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.** Brasília, Rio de Janeiro, Ipea, 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2414.pdf. Acesso em: 14 Jul. 2021.

MELAZZO, E. S. Problematizando o conceito de Políticas Públicas: desafios à análise e à prática do planejamento e da gestão. **TÓPOS**, Presidente Prudente, v. 4, n. 2, p. 9-32, 2010. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/view/2253/2062>. Acesso em: 1 ago. 2018.

MOEDAS, J. M. M. R. S., SILVA, T. de J. da, BARROS, F. B. G. de. Desempenho Econômico do Piauí 2002-2016. **BNB Conjuntura Econômica - Edição Especial 2019.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2019. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/6034753/2019_CJES_17PI.pdf/bcf003f6-3c5d-18d1-676c-2f2a76a465fe. Acesso em: 1 Jul. 2021.

MOURA, C. de M. dos S., FERREIRA, M. D. M. Desenvolvimento de políticas regionais: uma análise sobre o sistema de planejamento participativo territorial no Piauí. **Anais do III Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas (SINESPP)**, Teresina (PI), out., 2020. p.1296-1308. Disponível em: <https://sinespp.ufpi.br/upload/anais/Nzg2.pdf?054822>. Acesso em: 1 Jul. 2021.

MYRDAL, G. **Aspectos políticos da teoria econômica.** 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1997. Disponível em: <http://www.projetos.unijui.edu.br/economia/files/Myrdal.pdf>. Acesso em: 14 Jul. 2021.

NOBRE, C. E., CARVALHO, K. C. M. de. Regionalização do Piauí como estratégia de desenvolvimento territorial: considerações a partir da distribuição de recursos orçamentários. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 32, p. 183-217, 24 dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/10874>. Acesso em: 1 Jul. 2021.

PENNA, N. A.; FERREIRA, I. B. Desigualdades socioespaciais e áreas de vulnerabilidades nas cidades. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 25-36, dec. 2014. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1331>. Acesso em: 7 Jul. 2021.

PIAUI. **Lei n. 6.967, de 03 de abril de 2017**. Altera a Lei Complementar nº 87, de 22 de agosto de 2007, que estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências. Palácio de Karnak, Teresina, 2017. Disponível em: http://www.seplan.pi.gov.br/download/201905/SEP03_8d4698d08e.pdf. Acesso em: 1 Jul. 2021.

_____. **Lei Complementar n. 87 de 22 de agosto de 2007**. Estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências. Disponível em: <http://www.seplan.pi.gov.br/ppt.php>. Acesso em: 30 mar. 2021.

POCHMANN, M., GUERRA, A. **Piauí: trajetória e transição econômica**. Teresina: CEPRO, 2019. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201909/CEPRO19_f9991acf82.pdf. Acesso em: 14 jul. 2021.

SAQUET, M. A. Abordagens e concepções de território e territorialidade. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1-16, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/viewFile/1795/1701>. Acesso em: 3 abr. 2014.

_____. **Abordagens e concepções de território**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, M. A.; SOUZA, E. B. C. de. **Leituras do conceito de território e de processos espaciais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, UFSC, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan.-jun, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12646/11806>. Acesso em: 2 ago. 2018.

_____. Proposições para estudos territoriais. **Geographia**, n. 15, 2006. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/189/181>. Acesso em: 2 ago. 2018.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.